



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Disputa política em Alagoas trava o VLT do Entorno

Ministério dos Transportes e CBTU são liderados por apadrinhados de políticos adversários. Cada um quer uma coisa diferente como solução

Que os cidadãos goianos que moram nas cidades do Entorno Oeste do Distrito Federal (Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia) têm a ver com as peijas políticas que há décadas causam entreveros e confrontos em Alagoas, distante mais de 1.800 quilômetros daqui? Eu diria: tudo!

Vamos explicar. Primeiro, é preciso qualificar os agentes envolvidos nesta história. De um lado da história está o Ministério dos Transportes, que tem como titular o ministro Renan Filho, filiado ao MDB, senador licenciado por Alagoas – estado que ele governou por dois mandatos consecutivos, de 2015 a 2022. Também foi deputado federal pelo Estado nordestino, de 2010 a 2014.

Sob a tutela do Ministério dos Transportes está a Infra S.A., empresa pública controlada pela União, resultado do processo de incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. No ministério, ela é a responsável pela prestação de serviços de planejamento, estruturação de projetos, engenharia e inovação para o setor de transportes.

A Infra S.A. é presidida por Jorge Luiz Macedo Bastos, que

tem um longo currículo na área de transportes – foi diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e presidente da própria EPL, antes de ser incorporada à VALEC. Também prestou assessoria a ex-senadores mineiros – sempre do MDB –, como Hélio Costa e Wellington Salgado.

De outro lado, está a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que é vinculada ao Ministério das Cidades desde o ano passado (com o governo Lula) e anteriormente foi vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

A CBTU tem como diretor-presidente José Marques de Lima. Ele é o primeiro empregado de carreira da empresa a ocupar esse cargo. Ele entrou para a CBTU em 1985 e ocupou diversas funções executivas, como assessor da superintendência em Recife, chefe de Gabinete da Presidência e diretor de Planejamento.

Lima também foi superintendente da empresa em Maceió. A CBTU administra o sistema de trens urbanos da capital alagoana, que tem 34,3 km de extensão, 14 estações e 2 paradas. A linha liga os municípios de Maceió, Santa Luzia do Norte, Satuba e Rio Largo.

Por sua vez, Marques é ami-

go pessoal de Benedito de Lira, prefeito da cidade alagoana de Barra de São Miguel, e pai do também político e atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP). Em Alagoas, Lima é tido “como um irmão do Arthur”.

Assim qualificados, fica claro para o leitor: de um lado está a Infra S.A. (apoiada por Renan Filho) e de outro a CBTU (apoiada por Arthur Lira). E como Renan Filho e Arthur Lira não escondem as desavenças políticas, o mesmo acontece entre as duas empresas.

E onde entra o VLT do Entorno nessa história?

No início de agosto, a CBTU firmou com o Estado de Goiás um termo de cooperação técnica sobre o VLT que ligará Luziânia a Brasília. Segundo a empresa, uma viagem experimental poderia acontecer nos próximos 8 a 12 meses, a depender das adaptações necessárias para que o VLT passe pelos trilhos que hoje são usados apenas para carga.

O documento prevê que a União repassaria R\$ 8,4 milhões para o financiamento do estudo de viabilidade técnica e ambiental, que reaproveitará a linha férrea de carga para o transporte de passageiros. Esse recurso já está dispo-



Trem urbano operado pela CBTU em Maceió, semelhante ao que a empresa pretendia operar no Entorno do DF

nível na conta do Ministério das Cidades, oriunda de uma emenda ao Orçamento da União feita pelo senador Wilder Moraes (PL-GO).

“Brasilianas” apurou que para viabilizar o transporte de pessoas, será necessário apenas construir duas plataformas para o embarque dos passageiros no lado goiano. O trem experimental seria “emprestado” da operação que é feita em Maceió e os trens definitivos poderiam ser adquiridos numa etapa posterior. Há vagões novos, ociosos, no interior do Rio de Janeiro, por exemplo.

E por que a CBTU não pode começar essa etapa experimental?

São pelo menos dois os entraves. Primeiro entrave: o Governo do Distrito Federal (GDF) não assinou o documento de cooperação com a CBTU. Coube à deputada federal Lêda Borges (PSDB-GO) a tarefa de entregar os documentos aos governadores – ela levou pessoalmente ao de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que o assinou no início de julho.

Lêda repassou a tarefa de entregar a cópia que caberia ao GDF à senadora Damares Alves (Republicanos). Ela foi a única parlamentar da bancada federal brasileira a comparecer à audiência pública realizada na Câ-

mara dos Deputados, no dia 9 de maio, que tratava da defesa do projeto do VLT. Damares apoia essa proposta.

Mas... ninguém sabe e ninguém viu mais o tal documento do DF. “Brasilianas” questionou ao gabinete da senadora para saber se ela havia entregue o documento ao governador Ibaneis Rocha – mas não houve resposta. Durante três semanas, esta coluna perguntou sobre o documento nas secretarias de Governo, de Obras e de Transportes e Mobilidade do DF e nenhuma delas teve ciência do tal termo de cooperação.

Segundo entrave: para fazer os testes experimentais, a CBTU precisa de autorização da empresa que tem a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, que é a VLI. Pelos termos da concessão, a VLI teria autonomia para autorizar a CBTU – mas, preferiu consultar o Ministério dos Transportes (a quem deve se reportar) se poderia fazer isso. A resposta foi: “Não”.

E por que o Ministério dos Transportes não autorizou?

Porque o MTran solicitou à sua própria empresa de planejamento, a Infra S.A., para que faça novos estudos sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental do transporte de passageiros na

rota entre Brasília e Luziânia. Prometeu os primeiros resultados para o início de 2025.

Segundo a pasta federal, “esses estudos permitirão ao Ministério dos Transportes identificar os investimentos necessários na infraestrutura ferroviária existente, estimar os custos para as empresas interessadas em operar os trechos, definir as localidades das estações e o volume de passageiros, além de avaliar os aspectos ambientais envolvidos”. Exatamente o mesmo estudo que a CBTU já dispõe.

O Ministério dos Transportes complementa: “Os próximos passos serão a realização de uma audiência pública, a análise da proposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e, por fim, a definição de um processo licitatório ou a possível inclusão em um contrato ferroviário vigente”. Além da rota do Entorno do DF, a Infra S.A. está conduzindo o processo de licitação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para o transporte de passageiros em outros cinco trechos no país.

Então caro leitor: Se depender do Ministério dos Transportes (leia-se Renan Filho), caberá à Infra S.A. ainda fazer uma licitação (sem data estimada) para escolher uma empresa para operar a linha férrea. Se depender do Ministério das Cidades (leia-se Arthur Lira), a CBTU já poderia começar a operar em breve, mas não tem as autorizações necessárias.

Quem padece com essa confusão política lá de Alagoas? O morador do Entorno.

Sinos da Catedral voltam a badalar, após 6 anos

Após seis anos de silêncio, os sinos do Campanário da Catedral Metropolitana de Brasília voltaram a badalar no início da noite de ontem. Oficialmente, coube ao governador Ibaneis Rocha (MDB) acompanhar a estreia do novo sistema, que conta agora com acionamento remoto.

A restauração foi orçada em R\$ 126 mil reais e a verba foi doada em junho pela Embaixada de Taiwan, representada no Brasil pelo embaixador Bento Liao. Após essa manutenção, será possível ou-

vir os sinos nos horários tradicionais: às 6h, às 12h e às 18h.

Além da instalação de um sistema de acionamento automatizado, as melhorias incluíram ainda a restauração do badalo de um dos sinos e a troca do cabeamento na parte superior do campanário (que havia sido furtada). Um raio também havia danificado a estrutura, que foi recuperada agora.

Segundo a Arquidiocese de Brasília, a Catedral recebe cerca de 3 milhões de turistas por ano. Tanto a igreja quanto o campanário são



O governador Ibaneis Rocha durante a entrega da restauração do campanário da Catedral, ontem

obras de Oscar Niemeyer. Os quatro sinos de bronze que estão no alto da estrutura, a 20 metros de altura, foram doados pelo governo da Espanha,

Joel Rodrigues/Agência Brasília

fação das grades que sustentam os vitrais italianos, que são da artista Marianne Peretti.

Novacap faz limpeza da área externa

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) realizou, nesta semana, um trabalho de limpeza da área externa da Catedral. O serviço de zeladoria teve foco na retirada da poeira que cobria o monumento — acumulada devido ao período de seca prolongada pelo qual passa a capital — e na limpeza das estátuas dos quatro evangelistas, cujos ombros e cabeças acumulavam detritos de pássaros.

O estacionamento e parte da entrada da Catedral tam-

bém receberam um trabalho de lavagem, e foi realizada uma coleta de lixo em toda a área ao redor do monumento. A água utilizada na limpeza, assim como em todos os outros trabalhos da Novacap, não é potável e é captada em pontos autorizados pela Adasa.

Além das ações realizadas, estavam previstas a limpeza e a troca da água dos espelhos d'água da Catedral. Contudo, rachaduras encontradas na estrutura levaram os agentes a descartar o serviço e requisitar o conserto.

O serviço de zeladoria prestado pela Novacap foi um pedido de vários órgãos do GDF, e acompanha um processo de manutenção realizado pela própria instituição religiosa.

CPI da Saúde pode ser antecipada

Deputado cobra consequências da Operação Escudero, que denunciou membros do Iges-DF

Por Thamiris de Azevedo

Na sessão plenária da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na quarta-feira (2), o presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Gabriel Magno (PT), destacou os casos de corrupção cometidos por membros da Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), que corre em processo judicial. E propôs a antecipação da CPI da saúde, já convocada para este ano.

Em agosto deste ano (2024), a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou a operação Escudero, junto com o Ministério Público, que cumpriu 20 mandados de busca e apreensão e denunciou três membros do

Iges-DF por corrupção. A denúncia aponta que os envolvidos receberam cerca de R\$ 1,4 milhão em propinas.

“A investigação iniciou em abril de 2023 e apura ações de empresários e agentes públicos relacionados ao contrato de fornecimento de alimentos nas unidades de saúde administradas pelo Iges-DF”, afirma a PCDF.

“Foram observados elementos de que o serviço é prestado de forma precária. As diligências apontaram evidências que indicam o favorecimento indevido da empresa prestadora do serviço que, mesmo diante das inúmeras falhas verificadas, teve o contrato renovado e aumento nos valores repassados pelo IgesDF”, complementa.

Petição

O Correio da Manhã teve acesso à petição do deputado Gabriel Magno protocolada no Tribunal de Contas do DF (TCU) que cobra medidas imediatas e corretivas para fiscalizar o contrato investigado, entre o Iges e a Empresa Salutar Alimentação e Serviços.

O contrato teve o montante de R\$ 3 milhões para 24 meses, mas se encontra em seu 8º termo aditivo com valores reequilibrados que chegaram a R\$ 9,3 milhões. Também aponta as irregularidades e insuficiências na prestação de serviços que resultou na assinatura de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) junto ao Ministério Público.

Em resposta, o Iges divulgou uma nota. “Logo que foi deflagrada a 1ª fase da operação Escudero, os dois diretores envolvidos foram afastados e, posteriormente, desligados. Na 2ª fase, que teve como alvo a chefe de gabinete, assim que tivemos acesso ao processo, realizou-se o desligamento imediato da colaboradora. O Instituto identificou a necessidade de reforçar e implementar novas medidas, decidindo pela reestruturação da Diretoria de Administração e Logística, com a criação de uma superintendência voltada exclusivamente para contratar, gerenciar e fiscalizar os contratos no âmbito do Instituto”, ressalta.



Entrada do Hospital de Base, gerido pelo Iges-DF

Iges-DF